



# Anais da Assembléia

Nº 144

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 09 DE NOVEMBRO DE 1979

ANO V

## 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

### ATA DA 137.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 1.979

(SEXTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Domício Scaramella, secretariada pelos Senhores Deputados Tadeu Lúcio Machado e Mário Celso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Agualdo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielise Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Domício Scaramella) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

#### Ofícios:

Sob o n.º 1464/79, do Senhor José Scher, Presidente da Câmara Municipal de Jacarezinho, nos seguintes termos: no final do mês de agosto próximo passado, esta Casa, em apoio à solicitação da Câmara Municipal de Cascavel, expediu ofícios às Lideranças da Aliança Renovadora Nacional - ARENA e do Movimento Democrático Brasileiro - MDB, aos Srs. Presidente da República, Ministro da Justiça e Secretário da Justiça do Paraná, solicitando o empenho dessas autoridades para o apresentação da reforma constitucional anunciada pelo Deputado Flávio Portela Marcílio, que visa restaurar o exercício do Parlamento Nacional, nos seus três níveis de Governo. — **Ciente. Arquivo-se.**

Sob o n.º 527/79, do Sr. Luiz Fritzen, Presidente da Câmara Municipal de Toledo, encaminhando fotocópia do Requerimento n.º 207/79, de autoria do Vereador Wilmo Marcondes, que solicita ao INCRA o registro da Cooperativa dos Produtores de Mandioca do Oeste do Paraná Ltda. — COPROMA, com sede em Terra Roxa D'Oeste, Paraná. — **Ciente. Arquivo-se.**

Do Sr. Ernani Araújo Medeiros, Presidente do Lions Internacional, Lions Clube de Laranjeiras do Sul, nos seguintes termos: É de nosso conhecimento de que está tramitando na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, um projeto de lei de autoria do Deputado Estadual, Sr. Lineu Mansani Turra, que institui a Fundação Educacional de Laranjeiras do Sul. Os nossos companheiros de Clube, levando em consideração a necessidade e a importância de tal empreendi-

mento, endossam e pedem o endosso dessa Presidência ao referido projeto de lei, para que o mesmo seja aprovado. — **Ciente. Arquivo-se.**

Do Sr. Raimundo Targino de Melo, Presidente da Câmara Municipal de Quinta do Sol, em atendimento ao requerido pelo Vereador Horst Thonern, no qual encaminha moção de apoio e aplauso, daquela Casa, pela fantástica campanha contra o fumo lançada em todo território paranaense. — **Ciente. Arquivo-se.**

#### Requerimentos.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento da Senhora LAVÍNIA REALE ROMANZINI, ocorrido no último dia 08 do corrente.

A extinta, deixa viúvo o Sr. João Romanzini Filho, três filhos, onze netos e dezessete bisnetos, e enorme consternação à sociedade de União da Vitória, pois tratava-se de pessoa exemplar, dedicada à família e aos movimentos assistenciais, tendo contribuído de forma destacada nos programas desenvolvidos, visando o bem comum da coletividade.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, à Rua Castro Alves, 92, em União da Vitória.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1.979.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de voto de pesar pelo falecimento do Senhor ROSALVO PETRECHEM, ocorrido no último dia 31 de outubro.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1979.

(a) JURANDIR MESSIAS

#### JUSTIFICATIVA:

Rosalvo Petrechem, amigo e companheiro, filho de uma das mais tradicionais famílias do Município de Pitanga, um dos homens que mais contribuíram para o desenvolvimento daquela região, tendo colaborado com todos os Prefeitos que passaram por aquele município, faleceu aos 49 anos de idade, em cumprimento do dever, juntamente com o Senhor JOÃO GONÇALVES PADILHA, Prefeito Municipal, vítimas em trágico acidente automobilístico. Deixa viúva e filhos e, seu desaparecimento, abre uma grande lacuna entre seus parentes e amigos.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de voto de pesar pelo falecimento do Senhor JOÃO GONÇALVES PADILHA, Prefeito Municipal de Pitanga, ocorrido no último dia 31 de outubro.

Requer, outrossim, seja dado ciência aos seus familiares, através da Prefeitura Municipal de Pitanga.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1.979.

(a) JURANDIR MESSIAS

#### JUSTIFICATIVA:

João Gonçalves Padilha, nascido e criado no Município de

Pitanga, filho de uma das mais tradicionais famílias, além de nosso companheiro de lutas, foi um grande amigo dentro de nossa vida particular. Jango, apelido carinhoso como era conhecido entre seus parentes e amigos mais íntimos, deixou nosso convívio aos 39 anos de idade, na plenitude de sua mocidade, motivado por trágico acidente automobilístico. Desde jovem, quando ainda um humilde funcionário do INPS, tinha grandes aspirações, tanto é que ingressou, depois de muita luta, na Universidade de Ponta Grossa, onde formou-se em Direito com grande distinção. De volta à sua terra natal, se estabeleceu com um escritório de advocacia, para logo após ingressar na política local, onde se elegeu Vereador, Presidente da Câmara Municipal e logo após Prefeito do Município, cargo este que desempenhou com muita galhardia e trabalho até a data de sua morte. Deixou viúva e três filhos, sendo que seu desaparecimento prematuro entristeceu toda a população pitanguense, abrindo um vazio no seio da comunidade, parentes e amigos, que dificilmente será preenchido.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de voto de congratulações à Fundação BRADESCO, pelo trabalho que vem realizando em prol da educação e formação da criança brasileira.

Requer, outrossim, que se dê ciência, através da Matriz - Cidade de Deus - Osasco - S.P., Caixa Postal, 8.250.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1.979.

(a) JURANDIR MESSIAS

#### JUSTIFICATIVA:

No momento em que o mundo vive num clima de violências, em que existe um quase desamor ao próximo, em que deparamos em toda parte com crianças abandonadas à sua própria sorte, queremos, neste que é o Ano Internacional da Criança, congratular-nos com a Fundação BRADESCO, que duante 21 anos de existência, vem quase que anonimamente, realizando um trabalho que beneficia mais de onze mil crianças em 14 unidades de ensino, modernamente instaladas e espalhadas por diversas regiões do País, proporcionando ensino de 1.º e 2.º graus, Cursos de Capacitação Profissional, dentro das mais sofisticadas técnicas, Orientação Pedagógica e Educacional, além de fornecer alimentação adequada, assistência médica e odontológica completas, roupas, calçados, material escolar e recreação, tudo isto sem recursos dos Poderes Públicos, obtendo ótimos resultados pela formação planejada e orientada por experientes educadores.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente à SANEPAR, solicitando as seguintes informações:

1. Quais os investimentos feitos pela empresa, no Serviço de Abastecimento de Água de Francisco Beltrão, após 1973, data da entrega do serviço pela Prefeitura. Especificar ano e natureza do investimento (captação, adução, tratamento, reservatório ou distribuição).

2. Quais as importâncias faturadas nos anos de 1.973, 1.974, 1.975, 1.976, 1.977, 1.978 e 1.979, sendo neste último, mensalmente.

3. Qual o montante da dívida do Serviço quando da transferência da Prefeitura para a SANEPAR.

4. Quais, anualmente, foram, as importâncias gastas com a amortização da dívida anteriormente citada.

5. Qual o número atual de ligações.

6. Qual o número de ligações pedidas e que a SANEPAR

não tem condições de atender.

7. Quais os planos para a ampliação do serviço e respectivos prazos.

8. Anexar na informação cópia do contrato que transferiu o acervo do Serviço da Prefeitura para a SANEPAR.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1.979.

(a) DENI SCHWARTZ

#### JUSTIFICATIVA:

1. A cidade de Francisco Beltrão, tem vivido nos últimos tempos, sob regime de constantes cortes de água.

2. O engenheiro Domingos Gudell, da SANEPAR, em declarações feitas em Francisco Beltrão, e transcritas no "Jornal do Iguaçu", declarou que tal regime persistirá por algum tempo, sem precisar quanto.

3. Segundo o referido técnico, existem cerca de 4.000 ligações para uma capacidade de 2.600 ligações, sendo Francisco Beltrão a cidade que apresenta o maior consumo da região.

4. O assunto assume extrema gravidade quando se sabe que existem inúmeros pedidos de ligação em ser, razão das preocupações, aliás, já externados pelo nobre Deputado Túlio Zanchet que, inclusive, promoveu o encontro técnico da SANEPAR com autoridades de nossa cidade.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja feito veemente apelo junto ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e Presidente do BADEP, no sentido de sustar a extinção precipitada do auxílio financeiro para capital de giro nas pequenas e médias empresas do denominado Programa FINAC III, único veículo capaz de irrigar, de forma saudável, a combatida economia das nossas empresas, as quais sentem-se prejudicadas com a medida adotada.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1.979.

(a) RUBEN VALDUGA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e com apoio do Plenário, REQUER seja designada uma Comissão de 3 (três) Deputados para representarem a Assembléia Legislativa na reunião da AMOP - Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, a realizar-se no dia 21 de novembro, na cidade de Nova Aurora.

Esta reunião vai tratar da reforma tributária, motivo porque se justifica a presença de Deputados, pois todos estão preocupados com o empobrecimento e praticamente com a falência dos municípios.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1.979.

(a) DAVID CHERIEGATE

#### Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 183/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO GABRIEL DA VIRGEM DOLO-ROSA, com sede e foro na Fazenda Rio Grande, Município de Mandirituba.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1.979.

(a) GILBERTO CARVALHO

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos exigidos pela legislação federal, estadual, e pertinentes à matéria, e tem por objeto

atender gratuitamente aos necessitados em geral, seus familiares, menores, órfãos ou abandonados, mediante o fornecimento de alimentos, roupas, agasalhos, assistência médica e proporcionando-lhes ainda, alfabetização, educação, moradia, enfim, visando a promoção integral da comunidade.

Por essa razão, submetemos o presente plano de lei à consideração dos nobres Pares, esperando para o mesmo seu apoio e aprovação.

O SR. PRESIDENTE (**Domício Scaramella**). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

O jornal *Carioca* destacou ontem, uma imagem de Cesar Calls, que custaria sete bilhões e quinhentos milhões. Seria de sete bilhões e quinhentos milhões, a verba que o Ministério das Minas e Energia manipulava para fazer do Ministro Cesar Calls, a imagem pública de um praticante de esportes, um pintor e um jornalista nato.

Na reunião que se tratou do tema, o Sr. Sílvia Leite, Coordenador de Comunicação Social do Ministério, disse que a verba era invejável e que lhe daria condições de cobrar uma boa imagem do Ministro porque além de contar com toda a verba do Ministério, as agências têm nas mãos, a manipulação das verbas do Ministério, que em seu poder, têm os maiores anunciantes particulares do País. Isto dá um poder de pressão incrível, segundo o assessor do Sr. Cesar Calls.

Esta verba seria utilizada, basicamente, para criar uma nova imagem de Cesar Calls. Não sei se ele vai querer disputar a novela das oito, com Toni Ramos, mas a verdade é que desejam mudar a imagem de um homem. E seria basicamente calcada, esta verba, em cima da criação de três virtudes do Ministro: primeiro, que ele pratique esporte e, por isto temos que estar sempre aptos a acompanhar o ritmo dele; segundo, ele é pintor, por isto temos que acompanhar a sensibilidade de pintor que existe nele; terceiro, ele é jornalista nato e sabe, como ninguém, fazer a crítica de uma matéria jornalística, de fazer inveja a qualquer profissional. E outro detalhe, o Sr. Sílvia Leite explicou ainda aos presentes que junto com a imagem de um Ministro, deveria ser elevada a imagem de sua mulher, Dona Marieta Calls. A qualquer programação social que for feita pelos Senhores, a esposa do Sr. Ministro deve ser convidada, para que seja formada a imagem de uma esposa atuante e presente nos aspectos sociais na vida do Ministro. E também para mudar uma outra imagem que tem Cesar Calls, não é?

Mas quando se fala que este País realmente não é sério, que o dinheiro público é manipulado, sem nenhuma dose de seriedade, de honestidade, não é nem caso de cadeia, nem de processo, já é uma questão de formação, de mentalidade do brasileiro. Enquanto não tivermos na Nação um comando firme, sério, honesto, o País continuará mergulhado no caos. Um simples dado para observar o problema de mordomia: enquanto o Legislativo Federal, incluindo o Congresso Federal, tem 0,67 de orçamento para o ano que vem, orçamento da Nação, só a Secretaria da Presidência terá 1,15, e lembrando que o Congresso conta com 440 Deputados e 66 Senadores. Então, de Cesar Calls a Shigeaki, Andreazza, Delfim, a Murilo Macedo e tantos outros gorilas que nos governam, a verdade é que o País está nesta situação que todo o brasileiro sabe e conhece.

E agora, vai se gastar sete bilhões para criar uma imagem do Ministro. É bom lembrar também que a mulher do Presidente Figueiredo viajou para Caracas levando a tiracolo o maquilador. Quem vai pagar? Ninguém sabe. Viajou o maquilador para cuidar do cabelo da mulher do Presidente em Caracas, parece-me que lá não tem cabeleireiro. Estão brincando com este País. O De Gaulle tinha razão.

Muito obrigado. — (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE (**Domício Scaramella**). — Concedo a pa-

lavra, no Pequeno Expediente, ao segundo orador inscrito, Deputado Túlio Zanchet.

O SR. TÚLIO ZANCHET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(**Lê**): "Estivemos nesta semana, durante dois dias, na Capital Federal.

Em Brasília, nos acompanhou os Deputados Federais LUIZ BORGES DA SILVEIRA, ADOLPHO DE OLIVEIRA FRANCO e HAMILTON VILELA DE MAGALHÃES, da bancada paranaense na Câmara Alta e JOSÉ CARLOS FAGUNDES, um dos ilustres representantes do Estado de Minas Gerais no Congresso Nacional.

Juntos, percorremos diversos ministérios, travando profícuos contatos que resultados na solução de reivindicações de caráter mais imediato e no encaminhamento de outras questões de interesse do Paraná e mais de perto do Sudoeste, região que aqui temos a honra de também representar.

Destacamos, dentre as mais importantes, as pertinentes à ligação aérea de Curitiba a Francisco Beltrão, pela Riosul, a nomeação de mais médicos e dentistas pela Previdência Social, o Projeto CURA para Francisco Beltrão e a insistência junto a órgãos competentes, da possibilidade de destinação de recursos a fundo perdido para os diversos municípios paranaenses.

Mas, foi no Ministério da Previdência Social, junto ao próprio Ministro JAIR SOARES, que fomos alvo de um tratamento ainda mais atencioso. Nesta Pasta, acompanhados também por ERNO SORVUS e ETELVINO GALVÃO do Paraná e AIRTON BOTELLE e ALMIRO ANTÔNIO FRANCHI, de Minas Gerais, respectivamente Presidentes e Secretários das Associações dos Representantes da Previdência Social na Área Rural destes Estados, tratando de interesses de significativa parcela da população ligada ao FUNRURAL, tivemos ocasião de manter inúmeros e proveitosos contatos com diversos setores da Previdência Social.

Trouxemos e aqui informamos em primeira mão, a certeza da criação e instalação, já para o próximo ano, da agência do INPS em Francisco Beltrão, atendendo aos municípios vizinhos e que agilizará em muito o atendimento previdenciário naquela região.

Nossa estada na Capital Federal, rápida, porém proveitosa, proporcionou-nos, além da agradável companhia dos já citados representantes de entidades previdenciárias de nosso Estado e de Minas Gerais, o acompanhamento dos Parlamentares Federais, que sempre solícitos e usando do inegável prestígio junto aos altos escalões governamentais, foram fator decisivo para que nos sentíssemos plenamente realizados pelas prontas soluções dadas às pretendidas reivindicações.

Saliento, novamente a acolhida de que fomos alvo por parte dos dirigentes maiores da Previdência Social em Brasília, incluindo aqui especialmente as atenções do titular da pasta.

Tendo em vista a presteza e a cordialidade com que fomos deferidos e sabedores que somos apenas um — e não dos mais ilustres — membro desta Casa de Leis, solicitamos, Sr. Presidente, que se envie, da parte dessa Presidência, ofício de agradecimento ao Ministro JAIR SOARES, pois, entendemos que a especial atenção que nos foi dispensada na Capital Federal, representa, antes de mais nada, o prestígio da Assembléia Legislativa do Paraná, junto aos altos escalões do Governo Federal.

Era o que tínhamos a relatar aos nobres Deputados e a solicitar do Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Domício Scaramella**). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares, inscrito.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(**Lê**): "Parece que o Governador Ney Braga quer mesmo instituir entre os advogados do Estado o regime de perseguição.

Enquanto dignos bacharéis lutam pela declaração de inconstitucionalidade do art. 24, parágrafo único da Lei n.º 7.074, que revogando direitos adquiridos, proibiu o exercício da advocacia particular àqueles que já a exerciam, o novo Corregedor da Procuradoria Geral, segundo leio na "Gazeta do Povo", assume o seu cargo, renuncia, enfaticamente, que irá "fiscalizar as atividades profissionais dos Procuradores do Estado, para que não exerçam funções de advogados no nível particular", assim como se a sua missão fosse a de um policial que devesse praticar tropelias em honra de seu chefe. Entendo que não há necessidade alguma desse anúncio, uma vez que todos os advogados do Estado são cômicos dos seus deveres e das suas responsabilidades, não sendo necessário, portanto, que se forme um órgão especialmente para prejudicá-los.

Acredito que o novo Corregedor da Procuradoria Geral do Estado seja um homem dotado dos melhores propósitos. Mas não aceito essa forma de intimidação, pois o Governo, em lugar de procurar contornar uma situação de constrangimento criada pelo seu antecessor ameaça, já agora, através de um dos seus representantes, solidificá-la através de uma anunciada fiscalização opressora e indigna dos foros de democracia e de liberdades.

Lamento profundamente o que vem acontecendo, e espero que o Governador Ney Braga, que se anuncia tão humano, que se diz imbuído dos melhores anseios, interfira no caso e diga aos seus subalternos que se contenham, pois não é possível que uns subam à custa do sacrifício dos outros, chegando ao cúmulo de dizer que lhes baixarão as normas estatutárias assim como se os advogados fossem crianças e que devessem se submeter a regimes escolares.

É preciso que o Governo modifique o que aí está e permita a advocacia particular àqueles que já a exerciam, pois da maneira como vem agindo, atropela a Lei Federal n.º 4.215, o Estatuto da Ordem dos Advogados, e fere a Constituição Federal, que é a única lei reguladora do exercício profissional dos liberais.

E o que vem ocorrente entre os advogados da Procuradoria Geral do Estado é lamentável.

Depois da aprovação daquela malsina... lista do ex-Procurador Lélis Corrêa, inverte-se agora, outra forma de abastardamento do profissional.

E assim, não há tranquilidade para ninguém. Pergunto, por que os demais advogados do Estado, não integrados à Procuradoria Geral, podem advogar? Por que os médicos, componentes da Saúde Pública, podem clinicar particularmente?

Desde que não exista conflito de horários entre o advogado servidor e sua banca privada, nenhum obstáculo se lhe poderia antepor.

E no fórum, na luta de todos os dias, que o advogado se aperfeiçoa. Estranha-se assim, que o Governo lhe retire o seu principal laboratório, submetendo-o à condição de um mero burocrata".

Fica aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este veemente protesto ao Governo do Estado para que, efetivamente, adote uma medida justa e urgente para esta classe de advogados, que vem sendo injustiçada ao longo destes anos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Domício Scaramella) No horário reservado à Liderança do MDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "Acredito que correrão alguns anos, após conquistadas as liberdades democráticas e a legitimidade de representação política no Estado, para que desapareça a figura bufante e amoral que se atravessa na vida social e política, cortejando o poder e dele obtendo as benesses que o gratificam.

Querendo sair pelo lado, o Governo Federal criou um Ministério Especial da Desburocratização e jogou às feras o

Ministro Hélio Beltrão. Pareceu que o Governo queria desacreditá-lo, para depois ver-se livre. Pois lhe deu uma tarefa que a maioria do povo sabe necessária, mas todas as pessoas de bom senso sabem que é impossível se levar a cabo nestas condições atuais.

Como livrar-se da burocracia? Num País dirigido por tecnocratas? Como livrar-se da burocracia, quando os negócios às escuras no Estado precisam de muitos artifícios não só para esconder os privilégios?

Para pegar apenas um aspecto, que é muito importante nos dias atuais, citemos as relações do Governo com a Comunicação Social. Seu desejo de formar um Departamento de Imprensa e Propaganda, com outro nome, de imediato vários Estados copiaram o exemplo; se não na forma de Secretarias de Imprensa e Comunicação Social, pelo menos na montagem de serviços especializados e Conselhos de Imprensa e Propaganda.

Esses instrumentos da Comunicação do Governo só tem uma via: a que leva ao povo a informação que o Governo deseja. A outra, a que o povo reclama através da imprensa, esta deve soar nas salas de espera, para saber se está autorizada pela autoridade e passada incólume pela Assessoria do Chefe.

Aparelho de Estado fechado à fiscalização popular, inclusive a indireta que a imprensa e os representantes do povo realizam, somente pode gerar o monopólio dos dados sociais coletados pelo Governo e pelas repartições em seu trabalho. Somente pode gerar o monopólio de propaganda dos grupos ligados ao poder ou que pleiteiam participação no negócio de divulgação do Estado.

Depois de muitos problemas que mereceram até uma CPI, a questão da Comunicação Social foi deixada de lado. Mas a questão da propaganda ainda é um mistério. Num e noutro caso seria muito importante que se soubessem os recursos destinados pela Administração Pública a esses setores.

No caso da propaganda, estamos vendo que uma empresa detém as contas das três mais importantes Sociedades de Economia Mista do Estado: a COPEL, a SANEPAR e a TELEPAR; além de outras representações de contas, como o BANESTADO.

Embora compartilhando a conta da TELEPAR, essa empresa não deixa de ter um papel decisivo em campanhas e anúncios.

Não há, nesse setor, uma distribuição equitativa de conta. Antes gozava de benesses especiais, algum grupo um pouco diferente da composição.

A impressionante coincidência é que essa Empresa, privilegiada, tem ligação com uma Empresa Nacional, cujo serviço tem um funcionário; um funcionário de ligação.

Não seria muito estranhável se esse elemento também não se dedicasse a algumas atividades na área da cultura, obtendo vantagens para a sua ação cultural.

As demais empresas do ramo se vêem sem condições de oferecer serviços técnicos. De pleitear junto ao Conselho de Propaganda, que foi montado para burocratizar e confundir, a criação de serviços técnicos.

Por isto mesmo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nobre Líder da ARENA, é que estamos, neste instante, solicitando e esperando que o Palácio Iguacu se digne a demonstrar a política que planejou para o setor. Que dê explicações que desfaçam essa nebulosa definição que ganha foros de oficial".

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento). Nobre Deputado, Vossa Excelência traz à Casa hoje, embora veladamente, mas em forma de denúncia, um fato realmente grave. Apenas gostaria que Vossa Excelência não omitisse o nome dessa empresa que detém a maioria das contas de publicidade do Estado. Quiçá este pronunciamento de Vossa Excelência sirva de roteiro ao Sr. Governador do Estado para conhecer fatos que talvez desconheça e que este já am acontecendo na Secretaria, Secretaria não, no Conselho de

Comunicação Social, Secretaria, era pretensão de que se transformasse em Secretaria, mas a Casa, em boa hora, resolveu colocar-se contra aquela pretensão de se transformar esse Conselho em Secretaria de Estado.

Estou realmente surpreso com a denúncia que Vossa Excelência traz à Casa, e comprometo-me de fazer chegar às mãos do Sr. Governador, cópia do pronunciamento de Vossa Excelência; agora, gostaria que Vossa Excelência também não omitisse o nome dessa empresa que, segundo diz Vossa Excelência, privilegiada porque detém as melhores contas de publicidade do Estado, e que desconheço qual seja essa empresa de publicidade.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Omiti, nobre Líder, justamente no sentido de que o Palácio Iguazu, através do seu Departamento, trouxesse a resposta mais adequada e trouxesse até um levantamento das empresas que vêm atendendo o setor. Citei aqui, que as contas da COPEL, SANEPAR e TELEPAR, além de representações de contas como o BANESTADO, estão em mãos privilegiadas. E a agência de propaganda que vem detendo estas contas, é a Agência Múltipla.

O Sr. Erondy Silvério — Agradeço a Vossa Excelência, porque, quando se "mata a cobra, deve-se mostrar o pau", e Vossa Excelência agora está matando a cobra e mostrando a madeira.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Pois não. Portanto. Está feito o nosso pronunciamento, Sr. Presidente e Srs. Deputados, e volto a repetir: fico no aguardo, na expectativa, de que o Palácio Iguazu desfaça esta nebulosa, que toma conta do setor.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Domício Scaramella) No horário reservado à Liderança da ARENA, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ruben Valduga.

O SR. VALDUGA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna, para protestar contra a modificação de um programa instituído no Governo passado pelo Governo Federal, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, com repasse pelos Bancos regionais para auxílio de capital de giro às pequenas e médias empresas.

Trata-se do denominado Programa FINAC, que concedia empréstimos às pessoas físicas, dos diretores e acionistas das empresas ou àqueles que pretendessem ingressar em uma determinada empresa industrial ou comercial.

Era uma forma que o Governo encontrou para irrogar a combatida situação econômica das empresas brasileiras que já tinham seus orçamentos totalmente comprometidos com empréstimos a correções livres.

O FINAC era um Programa que concedia a um prazo médio, quatro a seis anos, com juros de vinte por cento ao ano mais cinco. Era uma forma, portanto, de aliviar o grande desencaixe que tinham as empresas industriais e comerciais. Agora mesmo, diante de programas já elaborados, sem nenhuma razão plausível, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico vem sustar o cumprimento dessas programações, e vem cortar alguns desses financiamentos, o que vai colocar as empresas em situação realmente desesperadora.

Daí porque, meu apelo a Sua Excelência o Sr. Governador do Estado e ao Presidente do BADEP, do BRDE, para que protestem contra este corte precipitado e injusto, retirando a única via capaz de irrigar de forma saudável a economia das empresas, num tempo que os trabalhadores legitimamente levantam as suas reivindicações para melhores salários, em que a classe social se agita, pretendendo equilibrar os seus orçamentos através das reivindicações, retirar-se das empresas, as condições de suportar tais ônus sociais que são legítimos, é realmente decretar a impossibilidade de qualquer equação econômica e social dos tempos novos, dos tempos de abertura.

É realmente uma situação muito grave, é uma mutilada

que se pretende fazer na economia das pequenas e médias empresas. Daí o meu pedido, e peço a essa Assembléia, às duas bancadas, que protestem contra esta situação, para que se possa retornar a juros compensatórios a melhoria e o aumento dos capitais das empresas.

Era só isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Domício Scaramella) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalheiro, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 98/79 (Mens. Govern. nº 61/79), que aprova convênio de auxílio e cooperação celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Clevelândia, com interveniência de Órgãos e objetivos que especifica. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

#### DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 98/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 15 de dezembro de 1.978, de auxílio e cooperação, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de CLEVELÂNDIA, com interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, objetivando a execução de obras e serviços de emergência, destinados a minorar os efeitos da estiagem que assolou o Estado do Paraná, principalmente mediante absorção de mão-de-obra ociosa.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06 de novembro de 1.979.

(aa) Renato Bernardi, Presidente; Werner Wanderer, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 99/79, (Mens. Govern. nº 83/79), que aprova convênios de auxílio e cooperação, celebrados entre o Governo do Estado e Municípios nominados, que com a interveniência da Secretaria do Planejamento e da FAMEPAR, objetiva a aplicação de recursos financeiros na forma que especifica. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

#### DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 99/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios de Auxílio e Cooperação celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, com interveniência da Secretaria do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, e os Municípios abaixo discriminados: Andirá, Arapongas, Araruna, Assaí, Bandeirantes, Barbosa Ferraz, Bela Vista do Paraíso, Campina da Lagoa, Campo Mourão, Carlópolis, Castro, Cianorte, Congoninhas, Francisco Alves, Francisco Beltrão, Goioerê, Iretama, Ivaiporã, Jaboti, Jacarezinho, Jaguariaíva, Janiópolis, Joaquim Távora, Laranjeiras do Sul, Marechal Cândido Rondon, Mariluz, Matelândia, Ortigueira, Paraíso do Norte, Paranacity, Pato Branco, Pinhalão, Quedas do Iguaçu, Rebouças, Reserva, Ribeirão do Pinhal, Santa Cruz do Monte Castelo, Santo Antônio da Platina, São Mateus do Sul, São Sebastião da Amoreira, Tomazina e União da Vitória, em 29/06/79; Abatiá, em 02/07/79; Palmas, em 04/07/79 e Palotina, em 12/07/79, objetivando a aplicação de recursos finan-

ceiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06 de novembro de 1.979.

(aa) Renato Bernardi, Presidente; Werner Wanderer, Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução nº 100/79 (Mens. Govern. nº 93/79), que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Piraquara, que com a participação da COMEC, visa a aplicação de recursos financeiros da referida Coordenação em obras que especifica. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

#### DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 100/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1º — Fica aprovado o Termo Aditivo datado de 22 de dezembro de 1.978, ao Convênio celebrado em 27 de setembro de 1.978, entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba — COMEC, e o Município de PIRAQUARA, visando a aplicação de recursos financeiros da referida Coordenação em obras que objetivam o desenvolvimento urbano do referido município.

Art. 2º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06 de novembro de 1.979.

(aa) Renato Bernardi, Presidente; Werner Wanderer, Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução nº 101/79, (Mens. Govern. nº 99/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Cidade Guaiçaba, objetivando a execução de obras na sede do referido município, destinadas ao combate da erosão. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

#### DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 101/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1º — Fica aprovado o convênio celebrado em 07 de agosto de 1.979, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de CIDADE GAUÇABA, objetivando a execução na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão.

Art. 2º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06 de novembro de 1979.

(aa) Renato Bernardi, Presidente; Werner Wanderer, Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução nº 102/79, (Mens. Govern. nº 100/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Iguaçu, objetivando execução de obras na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão no Noroeste do Paraná. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

#### DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 102/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1º — Fica aprovado o convênio celebrado em 07 de agosto de 1.979, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de IGUAÇU, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1.979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSAO NO NOROESTE DO PARANÁ.

Art. 2º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06 de novembro de 1.979.

(aa) Renato Bernardi, Presidente; Werner Wanderer, Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução nº 103/79, (Mens. Govern. nº 101/79), que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Altônia, objetivando execução de obras na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão no Noroeste do Paraná. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

#### DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 103/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 07 de agosto de 1.979, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de ALTÔNIA, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão, previstas no Plano Anual de Trabalho de 1.979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSAO DO SOLO URBANO, NO NOROESTE DO PARANÁ.

Art. 2º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06 de novembro de 1.979.

(aa) Renato Bernardi, Presidente; Werner Wanderer, Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução nº 104/79, (Mens. Govern. nº 107/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Alto Piquiri, objetivando execução de obras na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão no Noroeste do Paraná. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

#### DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 104/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1º — Fica aprovado o convênio celebrado em 13 de agosto de 1.979, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de ALTO PIQUIRI, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1.979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSAO NO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

Art. 2º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06 de novembro de 1.979.

(aa) Renato Bernardi, Presidente; Werner Wanderer, Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução nº 105/79, (Mens. Govern. nº 74/79), que aprova convênio de cooperação celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Campo Largo, visando condicionar diretrizes do trânsito com o planejamento urbano do referido município. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

#### DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 105/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio de cooperação, datado de 11 de setembro de 1.978, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de CAMPO LARGO, objetivando ação conjunta entre o DETRAN e os órgãos do município, para, nos termos do artigo 37 do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, condicionar diretrizes do trânsito com o planejamento urbano do referido município.

Art. 2º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Sala das Comissões, em 06 de novembro de 1.979.

(aa) Renato Bernardi, Presidente; Werner Wanderer, Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 106/79, (Mens. Govern. n.º 76/79) que aprova Convênio de Cooperação entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Apucarana, objetivando condicionar diretrizes do trânsito com o planejamento urbano do referido município. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

#### DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 106/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio de cooperação, data-  
do de 24 de abril de 1979, entre o Governo do Estado do  
Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública, e o Muni-  
cípio de Apucarana, objetivando ação conjunta entre o DE-  
TRAN e os órgãos do município, para, nos termos do artigo  
37, do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, condicio-  
nar as diretrizes do trânsito com o planejamento urbano no  
referido município.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua  
publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06 de novembro de 1.979.

(aa) RENATO BERNARDI, Presidente;  
WERNER WANDERER, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 107/79,  
(Mens. Govern. n.º 88/79), que aprova termos aditivos a convê-  
nios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e muni-  
cípios nominados, que com a interveniência de Órgãos que  
especifica, objetiva a realização de serviços voltados ao desen-  
volvimento urbano dos referidos municípios. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 107/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos aditivos aos convê-  
nios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, com  
interveniência da Secretaria do Planejamento e da Fundação  
de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná — FAME-  
PAR, e os Municípios abaixo discriminados: Balsa Nova, Arau-  
cária, Rio Branco do Sul e Campina Grande do Sul, 22/12/78;  
Almirante Tamandaré, em 23/12/78; Campo Largo, Piraquara  
e São José dos Pinhais, em 28/02/79; Balsa Nova, Mandirituba,  
Colombo e Balsa Nova, em 30/04/79; Piraquara, em 31/05/79,  
objetivando a aplicação de recursos financeiros da Coordenação  
da Região Metropolitana de Curitiba — COMEC, na realização  
de serviços voltados ao desenvolvimento urbano dos municí-  
pios signatários.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua  
publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06 de novembro de 1.979.

(aa) RENATO BERNARDI, Presidente;  
WERNER WANDERER, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 108/79,  
(Mens. Govern. n.º 103/79), que aprova convênio celebrado  
entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Cianor-  
te, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na  
sede do referido município, previstas no Programa Especial  
de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná.  
**Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 108/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 13 de  
agosto de 1.979, entre o Governo do Estado do Paraná e o  
Município de Cianorte, objetivando a execução, na sede do  
referido município, de obras destinadas ao combate da erosão  
previstas no Plano Anual de Trabalho de 1979, do PROGRA-  
MA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSAO DO SOLO UR-  
BANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua  
publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06 de novembro de 1.979.

(aa) RENATO BERNARDI, Presidente;  
WERNER WANDERER, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 109/79,  
(Mens. Govern. n.º 104/79), que aprova convênio celebrado  
entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de São  
Pedro do Paraná, objetivando a execução de obras na sede do  
referido município, previstas no Programa Especial de Controle  
da Erosão no Noroeste do Paraná. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 109/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 13 de  
agosto de 1979, entre o Governo do Estado do Paraná e o  
Município de São Pedro do Paraná, objetivando a execução,  
na sede do referido município, de obras destinadas ao combate  
da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1979,  
do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSAO  
DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua  
publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06 de novembro de 1979.

(aa) RENATO BERNARDI, Presidente;  
WERNER WANDERER, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 110/79,  
(Mens. Govern. n.º 110/79), que aprova convênio celebrado  
entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Umu-  
aramá, objetivando a execução de obras de controle da erosão  
do solo urbano no Noroeste do Paraná. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 110/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 07  
de agosto de 1979, entre o Governo do Estado do Paraná  
e o Município de Umuarama, objetivando a execução, na  
sede do referido município, de obras destinadas ao combate  
da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1979,  
do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DO SOLO  
URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua  
publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06 de novembro de 1.979.

(aa) RENATO BERNARDI, Presidente;  
WERNER WANDERER, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — Projeto de Lei n.º 83/79, que fixa novos

limites para Distritos Administrativos no Município de Londrina. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI N.º 83/79

PROJETO DE LEI N.º 83/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1.º — Os distritos administrativos do Município de Londrina, abaixo nomeados, passam a ter as seguintes delimitações:

a) DISTRITO DE LERROVILLE

Começa na foz do Rio Apucarantina com o Tibagi, sobe pelo Rio Apucarantina até a foz do Ribeirão dos Morais; sobe por este acima até sua cabeceira, de onde, em linha reta, alcança a cabeceira do Ribeirão Gabriel da Cunha, desce por este até sua foz no Rio Taquara, desce até a estrada que liga Paiquerê-Lerroville, daí segue no sentido sul até o cruzamento denominado Laje de Pedra, que liga com a estrada de Guairacá, daí alcança em linha reta a cabeceira do Córrego Brasileiro, desce até o Ribeirão Barra Funda, daí segue água abaixo até sua foz no Rio Tibagi, e finalmente, segue água acima até a foz do rio Apucarantina;

b) DISTRITO DE PAIQUERÊ

Começa na foz do Ribeirão Barra Funda no Tibagi, sobe pelo Ribeirão Barra Funda até o Córrego Brasileiro, daí em linha reta até ao cruzamento denominado Laje de Pedra que liga a estrada de Guairacá, daí segue pela estrada que liga Lerroville - Paiquerê, de onde em linha reta, no rumo de SE 40.º 00' NW com 2.100 m até a estrada que liga Paiquerê - Irerê, daí por outra linha reta no rumo de SW 50.º 00' NE com 2.500 metros até alcançar uma cabeceira do Ribeirão das Marrecas, daí desce por este até alcançar por uma linha reta no rumo de NW 54.º 30' SE com 5.000 metros até a ponte do Rio Taquara, daí desce até ao Rio Tibagi e finalmente segue água acima até a foz do Ribeirão Barra Funda,

c) DISTRITO DE LONDRINA

Começa na divisa com o Município de Cambé, na cabeceira do Ribeirão Jacutinga, desce por este até a divisa do Município de Iporã, desce pelo referido ribeirão até a foz do Arroio Corupá; daí, em linha reta até a foz de um afluente na margem esquerda do Córrego Primavera, em linha reta ao entroncamento das estradas Londrina-Iporã-Heimtal, de onde, em linha reta, alcança o KM 202 da linha férrea São Paulo - Paraná; daí, por outra reta, à foz do Arroio Diamante no Ribeirão Limoeiro, e por este abaixo até sua foz no Rio Tibagi, de onde segue água acima até o Ribeirão dos Apertados; daí, segue água acima até a divisa do Município de Arapongas; daí, segue pela estrada de Três Barras e Rolândia, denominada Bule, segue por esta no sentido Norte até alcançar o Ribeirão Três Bocas, desce por este até defrontar a estrada denominada do Cafezal, segue por esta no sentido NE, confrontando com o Município de Cambé, até o cruzamento do Ribeirão Cambé, daí, sobe por este até sua cabeceira, e finalmente, por uma linha reta até alcançar a cabeceira do Ribeirão Jacutinga;

d) DISTRITO DE WARTA

Começa na foz do Córrego da Saúde no Ribeirão Jacutinga, sobe pelo Córrego da Saúde até alcançar a estrada de Londrina a Bela Vista do Paraíso, por esta vai até cruzar a divisa entre as Fazendas Floresta e as terras da Companhia de Terras Norte do Paraná, daí acompanha esta divisa no sentido Leste, até alcançar a divisa das Colônias Indianópolis ou Corredor e Sertãoópolis, daí segue no sentido Sul até alcançar o espigão de águas entre os Ribeirões das Abóbora e Jacutinga, acompanha estas divisas até a reta NS e vai por esta no sentido Sul até o Ribeirão Jacutinga e finalmente sobe por este até a foz do Córrego da Saúde.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06 de novembro de 1979.

aa) RENATO BERNARDI — Presidente  
WERNER WANDERER — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 83/79, que fixa novos limites para Distritos Administrativos no Município de Londrina. — **Aprovado.**

Sala das Comissões, em 08 de novembro de 1979.

aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente  
AUGUSTO CARNEIRO — Relator

O SR. PRESIDENTE (**Domício Scaramella**). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Lavínia Reale Romanzini, ocorrido em União da Vitória. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Mesias, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Rosalvo Petrechem, ocorrido em Pitanga. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Mesias, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Gonçalves Padilha, Prefeito Municipal de Pitanga. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando a designação de uma Comissão, composta de três (03) Srs. Deputados, para representarem a Assembléia Legislativa, na reunião da AMOP, a realizar-se no dia 21 do corrente, na cidade de Nora Aurora. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Mesias, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Fundação BRADESCO, pelo trabalho que vem desenvolvendo em prol da educação e formação da criança brasileira. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à SANEPAR, em forma de pedido de informações, a respeito do serviço de abastecimento de água de Francisco Beltrão. — **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (**Pela ordem**). — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Domício Scaramella**). — A Presidência defere.

(**É procedida a verificação de votação**).

11 Srs. Deputados aprovam; 1 Sr. Deputado rejeita. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 12, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 143/79, 144, 147, 157/79.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 148/79, 153/79 e 163/79.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 167/79, 168, 169 e 170/79.

A Presidência lembra, que terça-feira, dia 13, acontecerá a

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 145/79 (Orçamento Anual para o Exercício de 1980).

Levanta-se a sessão.



DIRETORIA GERAL  
EDITAL  
CONCURSO PARA TAQUIGRAFO

De ordem da Comissão Executiva da Assembléia Legislativa, faço público que se acham abertas, pelo prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do presente Edital, as inscrições para o concurso destinado ao preenchimento de 02 (duas) vagas de taquígrafo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

CAPÍTULO I

Da Inscrição

- a) O candidato deverá apresentar-se junto ao Departamento de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no horário das 14:00 às 17:00 horas, exceto aos sábados, munido da Carteira de Identidade.
- b) No momento da inscrição, o candidato assinará o livro próprio, recebendo cartão de identidade, com a indicação de seu número de inscrição, sem o qual não terá ingresso no recinto onde se realizarão as provas, juntamente com a Carteira de Identidade.

CAPÍTULO II

Das Provas

- 1) As provas do concurso constarão de:
  - a) Português
  - b) Taquigrafia
  - c) Datilografia
  - d) Conhecimentos Gerais
- 2) A prova de português constará de correção de discurso ou trecho de discurso com o mínimo de vinte e cinco (25) linhas, impressas, cujo ponto será sorteado no momento e onde tenham sido propositadamente incluídos erros. Será eliminado o candidato que obtiver nota inferior a 50.
- 3) As provas de taquigrafia e datilografia serão em número de três, obedecendo à seguinte ordem:
  - a) Apanhamento taquigráfico, durante dez minutos, de ditado feito a 100 palavras por minuto, seguindo-se a tradução datilografada, com prazo de decifração de duas horas. Será eliminado o candidato que obtiver nota inferior a 60. Limite de erros, 8%;
  - b) Apanhamento taquigráfico, durante cinco minutos, de ditado feito à velocidade de 120 palavras por minuto, seguindo-se a tradução datilografada, com prazo de decifração de uma hora. Limite de erros, 10%;
  - c) Apanhamento taquigráfico de discurso do plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com tempo e prazo de tradução a critério da Comissão Diretora.
- 4) A prova de conhecimentos gerais constará de perguntas ou testes sobre fatos históricos, políticos e econômicos.
- 5) Em todas as provas serão computados os erros de português.
- 6) Tratando-se de concurso de provas para a primeira investidura de carreira, a todas elas se submeterão os candidatos, independente de títulos ou diplomas que possuam.

CAPÍTULO III

Dos Critérios de Julgamento

- 7) O julgamento da prova de idioma pátrio obedecerá ao seguinte critério: o candidato que corrigir todos os erros incluídos no trecho, obterá 100 pontos;

por erro não corrigido ou cometido, perderá tantos pontos quantos resultarem da divisão de 100 pelo número de erros incluídos no texto, multiplicando o quociente pelo número de erros não corrigidos ou cometidos.

8) Para a contagem de erros nas provas técnicas, cuja decifração será feita obrigatoriamente à máquina, usar-se-á a seguinte norma:

- a) Cada palavra omitida, acrescida ou substituída, com alteração de sentido — 1 erro;
- b) cada palavra omitida, acrescida ou substituída, sem alteração de sentido — meio erro;
- c) Erros de português, conforme a gravidade, a critério dos examinadores — meio erro, um erro ou mais dois erros;
- d) no caso de concorrência de erros (por exemplo, omissão de cinco palavras e substituição por três palavras erradas, computar-se-á o número maior de erros);
- e) os erros em mais de uma palavra contar-se-ão uma vez, desde que sejam conseqüentes.

9) Para o julgamento final, as provas terão os seguintes pesos: Português — peso 2; primeira prova de taquigrafia — peso 1; segunda prova de taquigrafia — 4; prova de plenário — peso 2; prova de conhecimentos gerais — peso 1.

A média total será obtida mediante a divisão por 10 das notas parciais, multiplicadas pelos seus respectivos pesos.

10) Só será habilitado o candidato que obtiver nota mínima de 70 em taquigrafia, 50 em português, 50 em conhecimentos gerais e a média global mínima de 64.

CAPÍTULO IV

Das Realizações das Provas

- 11) A chamada dos candidatos será feita, pontualmente, à hora marcada,
- 12) Antes da entrada no recinto, cada candidato assinará a lista de comparecimento.
- 13) Será obrigatório, em todas as provas, o uso da ortografia oficial (Lei n.º 5.765, de 18/12/71).
- 14) Adotar-se-á, para sigilo do julgamento, processo que impeça a identificação das provas, as quais deverão, para isso, oferecer o mesmo aspecto material.
- 15) Atribuir-se-á nota zero à prova que apresentar sinal, expresso ou convenção que possibilite a sua identificação.
- 16) Não haverá segunda chamada para qualquer das provas, seja qual for o motivo alegado para justificar a ausência do candidato.
- 17) A prova de português será manuscrita, à tinta, devendo o candidato comparecer munido de caneta-tinteiro ou esferográfica, com tinta azul. O emprego de outros cores ou lápis-tinta, importará em desclassificação.
- 18) O apanhamento das provas de taquigrafia será feito exclusivamente pelo processo manual à lápis ou à tinta. Ao candidato é lícito utilizar-se do sistema de sua preferência e de bloco próprio. A decifração será feita obrigatoriamente à máquina, fornecida pela Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

CAPÍTULO V

Disposições Gerais

- 19) A inscrição do candidato implicará na aceitação das condições do concurso, nos termos em que se acham estabelecidas.

20) Em caso de empate na classificação geral, o desempate será feito pela melhor nota obtida na prova de português.

21) As provas, após o julgamento pela Comissão, serão postas à disposição dos candidatos, pelo prazo improrrogável de três dias, para que sejam examinadas na Divisão de Taquigrafia da Assembléia Legislativa do Estado, podendo recorrer do julgamento à Comissão Diretora, formulando as reclamações que entenderem no ato da vista.

22) Os recursos, depois de apreciados pela Comissão, serão submetidos à Comissão Executiva, a quem caberá a decisão final.

23) O candidato que se retirar do recinto durante a realização da prova estará automaticamente excluído do concurso.

24) É de dois anos o prazo de validade do presente concurso, a contar da data de sua homologação pela Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

25) Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Diretora.

26) As provas deverão ser realizadas nos dias 30 de novembro, com início às 14:00 horas, e dia 1.º de dezembro, com início às 9:00 horas, no recinto da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de novembro de 1979

(a) ANTÔNIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN  
Diretor Geral